

PROGRAMA TEORIA DA NORMA JURÍDICA

1. Fontes de Direito (recapitulação)

1. Costume. Distinção entre o costume e os usos.

2. Jurisprudência: noção e função

3. Doutrina: noção e função.

4. Equidade.

5. Lei: noção. Lei em sentido formal e em sentido material.

5.2. Espécies.

5.3. Constituição e lei ordinária.

5.4. Actos normativos.

5.4.1. Elaboração e início de vigência da lei.

5.4.2. Entrada em vigor (ou início de vigência) da lei. Promulgação, publicação e *vacatio legis*. Outro momento do início de vigência da lei.

5.4.2.1. Contagem da *vacatio legis*.

5.4.2.2. A rectificação da lei: noção.

5.5. Fiscalização da constitucionalidade da lei:

§1. Inconstitucionalidade orgânica, formal e material.

§2. Fiscalização abstracta, preventiva e sucessiva; legitimidade para a suscitar e efeitos da declaração de inconstitucionalidade.

§3. Fiscalização concreta.

5.6. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.

6. Cessação de vigência da lei

§1. Revogação: competência para revogar a lei. Seus tipos: revogação expressa e tácita, derrogação e abrogação. Relação da revogação da lei por desuso com o costume.

A regra de que a lei geral não revoga a especial.

O princípio da não reprivatização.

§2. Suspensão da vigência da lei.

§3. Caducidade da lei.

7. Dever de obediência à lei.

7.1. Proibição de denegação de justiça.

§1. Alteração interpretativa de lei por norma jurídica.

§2. A regra do artigo 6º. do Código Civil: seu conteúdo normativo.

§3. Cessação de obediência relativamente a normas declaradas ilegais pelo Supremo Tribunal Administrativo ou inconstitucionais com força obrigatória geral pelo Tribunal Constitucional.

2. A interpretação da lei (recapitulação)

2.1. Interpretação literária e interpretação jurídica.

2.2. A especificidade da interpretação legal.

2.3. Elementos hermenêuticos.

2.4. Alguns argumentos usados pelos juristas na actividade interpretativa.

§1. Argumento *a pari* ou por igualdade de razão.

§2. Argumento *a fortiori* ou por maioria de razão.

§3. Argumento *a contrario*.

2.5. A posição do Código Civil.

2.6. Resultados interpretativos:

§1. Interpretação declarativa (lata e restrita), extensiva, restritiva, enunciativa, correctiva e abrogante;

§2. Extensão e restrição teleológicas.

2.7. A interpretação autêntica; noção de norma interpretativa e seus limites.

3. A integração de lacunas.

3.2. Caracterização de lacunas.

3.2.1. Lacunas de previsão, lacunas de estatuição, lacunas de colisão.

3.3. História das soluções.

3.4. As lacunas e o dever de julgar.

3.5. Regime no direito português.

3.5.1. Noção de analogia.

3.5.2. *Analogia legis* e *analogia juris*: noções e exemplos.

3.5.3. A natureza não normativa da norma criada pelo aplicador do Direito.

4. A aplicação da lei.

4.1. O método silogístico e a sua apreciação crítica.

5. A norma jurídica.

5.1. Norma escrita e não escrita.

5.2. Estrutura e caracteres das normas jurídicas.

5.3. Distinção entre norma e decisão.

5.4. Classificação das normas jurídicas: em função do âmbito de aplicação, da sua posição hierárquica (recapitulação) e das relações entre elas.

§1. Normas gerais, especiais e excepcionais (recapitulação).

O regime de proibição de aplicação analógica das normas excepcionais e sua razão de ser.

§2. Normas permissivas, preceptivas e proibitivas (recapitulação)

5.5. Sanções.

5.5.1. Sanções punitivas.

5.5.1.1. Sanções penais, contra-ordenacionais e disciplinares;

5.5.2. Sanções civis:

§ Sanções compulsórias;

§ Sanções reconstitutivas: indemnização específica.

§ Sanções reparatórias.

6. Aplicação da lei no tempo.

6.1. O princípio da não retroactividade da lei: seu alcance e limites.

6.2. Disposições transitórias.

6.3. Interpretação do artigo 11º. do Código Civil.

6.3. As regras constitucionais da não retroactividade da lei penal incriminadora e da lei fiscal.

6.4. As regras especiais de aplicação no tempo das normas interpretativas.

7. Aplicação da lei no espaço.

7.1. Composição do Direito Internacional Privado: normas de conflitos e normas materiais.

7.2. Natureza e função da regra de conflitos.

7.3 Breve alusão ao problema da qualificação e ao reenvio.

7.4. Aplicação do direito estrangeiro.

8. Os sujeitos de direito.

8.1. Personalidade jurídica: noção.

8.1.1. Aquisição da personalidade jurídica singular.

8.1.2. Termo da personalidade jurídica.

§ Os problemas sobre a decisão de morrer.

§ Cessaçãõ da personalidade singular sem morte:

a) Morte presumida (artigo 35º. do Código Civil);

b) A morte civil como instituto histórico.

8.1.3. Premoriência e comoriência: noções e relevância.

8.2. Identificação da pessoa.

8.2. Breve referência às pessoas colectivas.

8.3. Capacidade de gozo restrita

8.4. Capacidade de exercício das pessoas singulares.

8.4.1. A situação jurídica dos menores. Suprimento da incapacidade de exercício dos menores: noção de representação legal. Consequência de acto praticado por incapaz de exercício: anulabilidade. Noção geral de anulabilidade.

9. Direitos subjectivos: direitos fundamentais e direitos da personalidade.

9.1. Direitos absolutos, direitos relativos e direitos potestativos.

9.2. Direitos patrimoniais e não patrimoniais. Noção de património.

9.2.1. Direitos intelectuais.

9.3. Dever jurídico, ónus e sujeição: noções e exemplos.

10. Factos jurídicos, actos jurídicos: noções e exemplos.

11. Noção de negócio jurídico, em especial de contrato.

11.1. Negócios jurídicos unilaterais e contratos: noções e exemplos.

11.2. Actuação directa e representativa.

11.3. Representação voluntária e representação sem poderes. Noção de ineficácia.

12. O direito real: princípios dominantes na respectiva constituição.

12.1. Propriedade e posse.

12.1.1. Posse formal e detenção: Características distintivas.

12.1.2. A usucapião como efeito principal da posse.

12.2. Compropriedade: noção.

12.2.1. Distinção entre quota e parte especificada de coisa comum.

BIBLIOGRAFIA:

João Baptista Machado — Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador

Diogo Freitas do Amaral — Manual de Introdução ao Direito I

Inocêncio Galvão Telles — Introdução ao Estudo do Direito

Mário Júlio de Almeida Costa — Noções fundamentais de Direito Civil

Ana Prata — Dicionário Jurídico I